



REPRESSÃO NA DITADURA BRASILEIRA: uma breve análise da atuação dos órgãos repressivos na
Universidade Federal da Bahia (1972-1978)

Anne Alves da Silveira

Este artigo foi fruto do EDITAL N° 01/2020 - Premiação Aldir Blanc Bahia
Prêmio FUNDAÇÃO PEDRO CALMON, categoria MEMÓRIA

Apoio financeiro



SECRETARIA
DE CULTURA

SECRETARIA ESPECIAL DA
CULTURA

MINISTÉRIO DO
TURISMO



Ficha catalográfica gerada pela equipe de Bibliotecárias da Gerência técnica – Getec.

S586r Silveira, Anne Alves da.
Repressão na ditadura brasileira: uma breve análise da atuação dos órgãos repressivos na
Universidade Federal da Bahia (1972-1978) / Anne Alves da Silveira. – 2021.
14 f.

Produto editorial produzido através da Lei Aldir Blanc Bahia, Prêmio Fundação Pedro Calmon -
Categoria Memória, 2020.

1. Educação. 2. Universidade Federal da Bahia. 3. Universidade Federal da Bahia - Repressão. I.
Artigo científico. II. Título.

CDD 370
20. Ed.

REPRESSÃO NA DITADURA BRASILEIRA: uma breve análise da atuação dos órgãos repressivos na Universidade Federal da Bahia (1972-1978)¹

Anne Alves da Silveira²

RESUMO

Proponho produzir um artigo direcionado aos alunos e professores, em especial de ciências humanas, que trabalham com o tema ditadura militar no ensino médio, analisando as estratégias de vigilância e coerção promovida pelos Serviços de Informação aos movimentos estudantis na Universidade Federal da Bahia, bem como as diferentes ações de resistências desenvolvidas pelos estudantes. A proposta tem como base a pesquisa desenvolvida durante o mestrado entre 2017 e 2019 na Universidade Federal da Bahia, intitulada *Sorria, você está sendo espionado: a atuação do Serviço de Informação na Universidade Federal da Bahia (1972-1979)*, em que analisava o processo de criação e atuação da Assessoria Especial de Segurança e Informação, implantada na Universidade Federal da Bahia em 1972. Pertencente à estrutura de repressão do Estado ditatorial, este órgão teve por intuito coletar informações sobre a comunidade acadêmica, assessorando o reitor, no que fosse possível, em prol da “Segurança Nacional”. Para a produção do artigo serão analisadas algumas publicações do Boletim dos Estudantes da Bahia (BEBA) pertencente ao Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal Bahia (DCE/UFBA), objetivando apresentar a atuação do movimento estudantil (ME). Com o intuito de deixar o artigo mais didático, optamos por inserir no corpo do texto algumas explicações referentes aos termos técnicos e/ou palavras menos usual.

Palavras-chave: Repressão; Universidade Federal da Bahia; Publicações Estudantil

INTRODUÇÃO

Em 1964 o Brasil sofreu um golpe de estado, derrubando o presidente João Goulart (Jango), dando início a ditadura militar no Brasil, que só foi finalizado em 1985. Travestido de protetor da democracia, os presidentes militares junto a uma parcela da grande mídia e alguns empresários difundiram para a sociedade o anticomunismo. O imaginário anticomunista não surgiu com o golpe em 1964. Contudo, foi a partir desse momento que passaram associar os comunistas as doenças que se infiltram na sociedade e no governo, difundido a noção de inimigo interno. Tais pensamentos deram base para promover ondas de perseguição a todos que fossem contrários ao governo. Com intuito de espionar e reprimir qualquer comportamento,

¹ O projeto tem apoio financeiro do Governo do Estado da Bahia, através da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia e da Fundação Pedro Calmon (Programa Aldir Blanc Bahia) via Lei Aldir Blanc, direcionada pela Secretaria Especial da Cultura do Ministério do Turismo, Governo Federal.

² O texto tem como base parte dos resultados obtidos durante a pesquisa de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-graduação da Universidade Federal da Bahia financiado CNPq. Contato: anne_1526@hotmail.com

identificado como imoral ou subversivo, foram criados e/ou aperfeiçoados ao longo da ditadura órgãos de Segurança e Informação.¹

Na perspectiva dos ditadores, subversivo era uma categoria elástica, que poderia ser aplicada a qualquer indivíduo ou grupo que questionasse uma política do governo ou uma ação do Estado. Contudo, a imagem construída e divulgada sobre a subversão focava na militância de esquerda, principalmente os Comunistas que estariam, por sua vez, ligados ao Movimento Comunista Internacional (MCI). Partindo dessa perspectiva até as questões relacionadas ao aspecto moral poderiam ser classificadas como ato subversivo.² Para os ditadores a imoralidade se encontrava no discurso que defendiam os direitos das mulheres, dos homossexuais, dos negros, da liberdade de professar qualquer religião ou de não professar nenhuma, podendo ser associado a qualquer comportamento que fosse interpretado como destruidor da “família tradicional de bem”.

As pessoas que apresentassem críticas ao Governo, fosse civil ou militar, poderia sofrer várias atrocidades como ser espionada, perder o direito político, ser demitido (a), perder a matrícula, ou benefícios como bolsas ou de assistências como de alimentação, ou a residência etc. Como também poderia ser intimado, preso, torturado até mesmo, assassinado. Os governos justificavam seus atos, como método de defesa do bem-estar do povo brasileiro, da democracia, da família, da moral e dos bons costumes.

Apesar de termos vividos anos de governos opressores, que visavam implementar uma noção de moral cristã e militar é importante deixar claro que o sistema repressivo foi se moldando e ampliando ao longo da ditadura. Por isso, é necessário compreender algumas características de cada presidente e como as ações repressivas foram construídas ao longo da política repressiva.

OS ATOS REPRESSIVOS E O PERCURSO DA REPRESSÃO

Eleito por uma junta militar, Humberto de Alencar Castelo Branco assumiu a presidência em 14 de abril de 1964, cinco dias depois da proclamação do primeiro Ato Institucional (AI-1). Os atos institucionais eram decretos com poder de Constituição, baixados, normalmente, pelo poder executivo no período de 1964 a 1969. Por meio deles, os militares legitimaram vários atos violentos contra a população. O primeiro Ato Institucional suspendia a estabilidade dos funcionários públicos e por dez anos os direitos políticos de todos os cidadãos vistos como opositores ao regime.

O governo de Castelo Branco pode não ser responsável pelo AI-1, mas em seu governo foram decretados três atos institucionais. O AI-2, extinguiu o pluripartidarismo, dando origem ao bipartidarismo. Além de determinar que o Estado de Sítio poderia ser decretado por 180 dias sem consulta ao Congresso. Conforme a constituição da época, esse dispositivo burocrático só deveria ser usado com autorização do Congresso, quando houvesse ameaças contra a ordem do Estado Democrático de Direito. O AI-3, modificou a estrutura das eleições em nível estadual e municipal. O último ato institucional assinado por Castelo Branco, o AI-4, convocou Congresso Nacional para revogar a constituição de 1946 e propôs a elaboração de uma nova constituição.

No governo de Castelo Branco também foi criado o Serviço Nacional de Informação (SNI). O SNI, tinha como objetivo manter o governo informado sobre as articulações dos “inimigos”. Para atender a essa necessidade foram subordinados ao Serviço Nacional de Informação diversos órgãos com intuito de coletar dados. Paralelamente houve a atuação do Inquérito Policial Militar (IPM) e de outros órgãos de investigação e tortura. Assim, os atos institucionais serviam como instrumento de legalização dos comportamentos repressivos e o SNI como um órgão que concentraria as informações coletadas por diversos outros órgãos de inteligências, e as Forças Armadas concentrava os atos repressivo/punitivo, favorecendo a expansão da repressão.

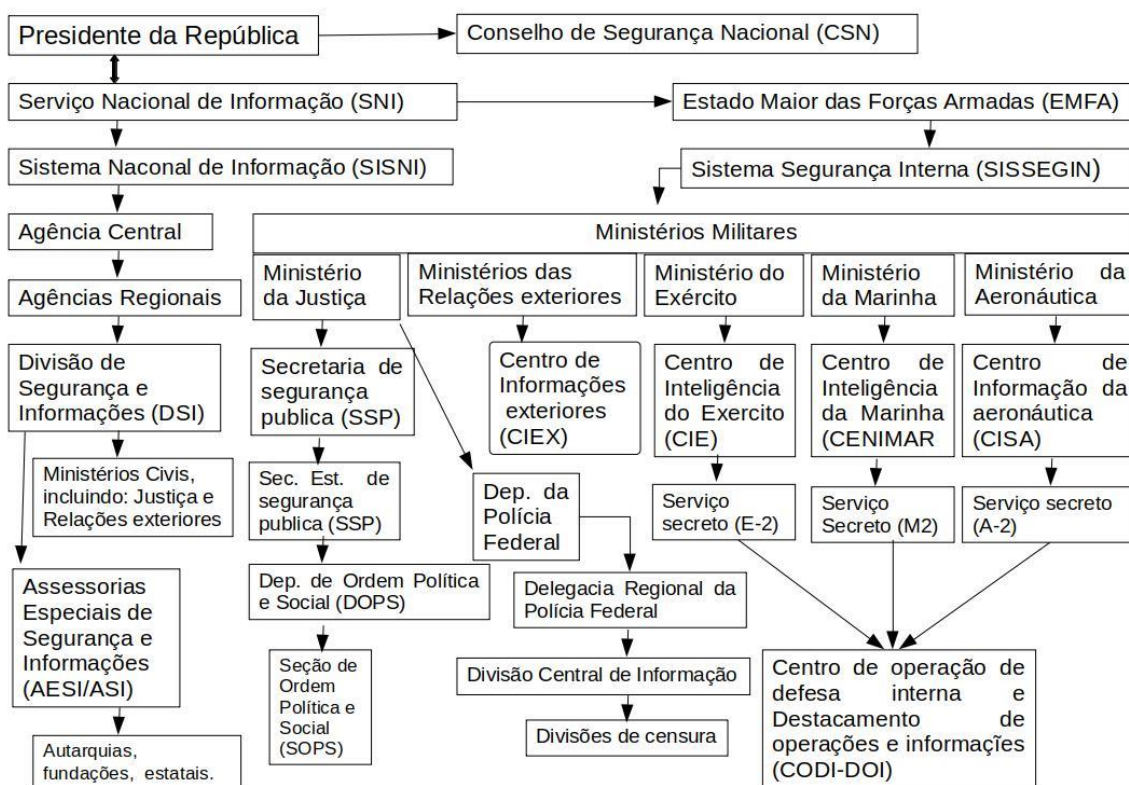
O segundo presidente, Artur da Costa e Silva, foi escolhido pelos votos do Congresso Nacional, obedecendo as regras da Constituição Federal de 1967. Seu governo foi responsável pela primeira remodelação e ampliação do SNI. Apesar de todas as estratégias que intencionavam controlar a população, aplicadas desde 1964, o ano de 1968 ficou marcado por diversas manifestações populares. Dentre as quais podemos citar: a greve dos artistas, contra as censuras e atos violentos sofridos no meio artístico; passeata estudantil contra o assassinato do jovem universitário, Edson Luis, por policiais militares, durante um confronto no restaurante Calabouço; a organização da Frente Ampla, que reunia alguns políticos conceituados (Juscelino Kubitschek, João Goulart e Carlos Lacerda), em defesa da democracia; a pressão exercida pelo Congresso feita por políticos do Partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB); e ampliação dos movimentos de guerrilha contra o governo ditatorial.

Apesar do ano de 1968 ter iniciado com a explosão dos gritos que a muito estavam presos nas gargantas, motivada pela indignação dos atos abomináveis realizados pelos militares, o ano foi finalizado com suspiro de dor e indignação. Isso porque, em 13 de dezembro de 1968 foi assinado o Ato institucional nº 5 (AI-5). Considerado um dos mais perverso atos institucionais,

o AI-5 revogava o direito dos *habeas corpus* – ação judicial que tem como objetivo proteger o direito individual, contra atos abusivos cometidos por autoridades –, tinha poderes de confiscar bens, demitir, afastar ou aposentar, deu autoridade ao presidente de fechar o Congresso Nacional e as Assembleias Legislativas dos estados; o que resultou no fechamento do Congresso Nacional e de todas as Assembleias Legislativas – com exceção de São Paulo – por quase um ano; bem como, forneceu bases para criação de novas leis, decretos e Ato Complementar, que garantiam a ampliação do sistema repressivo.

A promulgação do AI-5 foi responsável por promover um retrocesso nas mobilizações sociais e estudantis, o que não significou a sua extinção. O cerco repressivo às universidades se consolidou com o Decreto 477 editado em fevereiro de 1969. O decreto definia infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares. Houve a reabertura dos Inquéritos Policial Militar (IPM's), instrumentos de investigação e perseguição utilizados por membros das forças armadas brasileiras, tinha como objetivo investigar supostas atividades subversivas. Pouco depois de assinar o AI-5 o presidente Costa e Silva, por motivo de saúde, teve que abdicar do cargo.

Ao tomar posse, o terceiro Presidente militar, Garrastazu Médici, deu continuidade à política de ampliação dos instrumentos repressivos. Neste governo foi criado o Sistema de Segurança Interna (SISSEGIN) e o Sistema Nacional de Informação (SISNI) vinculado ao SNI. O SISSEGIN era responsável pelas operações repressivas, que por sua vez, estavam sob o comando das Forças Armadas. Para a execução das atividades operacionais foram criados e/ou reorganizados órgãos que exerciam atividades informativo-investigativas que faziam uso de operações como espionagens, prisão, inquérito, interrogatórios e tortura, com intuito de coletar informações e punir os condenados por crimes políticos. O SISNI, apesar de também desempenhar o serviço de inteligência, normalmente, não realizavam voz de comando, ou seja, não prendia, ou inqueriam nem torturavam. Suas atividades estavam restritas ao plasma do sigilo, conseguindo informações por meio de atividades sigilosas, como a espionagem. Para melhor compreender a estrutura do SISSEGIN e do SISNI segue um organograma abaixo.³



Durante esse período foi criado a Comissão de Investigação Sumária do MEC (Cismec), com base do Ato Complementa 39. A comissão tinha como propósito investigar ações consideradas subversivas, envolvendo professores, funcionários e estudantes, além de outras medidas igualmente repressivas. Por meio dessas medidas foi possível exercer pressão aos dirigentes universitários, para cancelar matrículas, expulsar estudantes e perseguir professores, fragilizando a resistência à ditadura.

Dentro desta conjuntura se deu a criação das Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI), que posteriormente ficou conhecida apenas por Assessoria de Segurança e informação (ASI). A assessoria funcionou nos diversos setores públicos, inclusive nas Universidades. Ela estava vinculada ao SISNI, que se apresentava como uma agência voltada para coleta de dados, fazendo uso do sigilo de informação como principal mecanismo de operações. Por meio das informações adquiridas assessorava o reitor, no que fosse possível, “em benefício” da Segurança Nacional.

AAESI NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

A Universidade da Bahia é fruto de um projeto político, posto em prática na década de 1950 pelo Reitor professor Edgar Santos que unificou várias Faculdades, Escolas e Institutos

no Estado da Bahia, em único centro educacional. O projeto tinha como intuito a elevação da educação de ensino superior no país ao padrão das universidades da Europa. A conclusão dessa política ocorreu em 1965, com a federalização. Desta forma, a Universidade da Bahia passou a ser nomeada como Universidade Federal da Bahia (UFBA).⁴ É importante notar que a política que culminou na federalização não foi obra dos governos militares, mas não implica que tais acontecimento não tenham garantido aos ditadores maior controle das instituições públicas federais depois do golpe.

Assim, no processo de ampliação do aparelho repressivo as instituições federais, bem como, as universidades, foram incentivadas a criar em suas instituições as Assessorias Especial de Seguranças e Informações (AESI). Em 1971 foi encaminhado para as universidades federais um ofício informando sobre as mudanças na legislação e a solicitação para a criação da AESI. O documento dava um prazo de dez (10) dias para que o reitor enviasse o nome do assessor chefe. Na UFBA, o ofício foi recebido pelo Reitor professor Roberto Santos, que escolheu o médico e diretor do Hospital da Universidade, Emerson Spínola Marques Ferreira para assumir o cargo de chefe da assessoria.⁵ A assessoria deveria acompanhar o andamento da Política Nacional e manter o reitor informado sobre as articulações dos grupos que “criam tensões” e “dissidências” na universidade.

Apesar da confirmação do nome de Emerson Spínola em 1971, a mesma só teve suas atividades iniciadas no reitorado de Lafayette Pondé em 1972, após a escolha da equipe que auxiliaria o assessor chefe. A equipe era formada inicialmente por Irene de Araújo Lima, Ivone América Trifilho dos Humildes, Reginaldo Dias Nascimento, Domingos Iglesias Soto, Manoel Ribeiros Trindade e Álvaro Pereira de Souza. O último só foi incorporado a equipe um ano depois do início do funcionamento da assessoria. Em 1974 ocorreu outra mudança no quadro de funcionário da Assessoria. Como pode ser observada na relação de funcionários na tabela a seguir.⁶

Nome	Cargo
Emerson Spínola M. Ferreira	Chefe da Assessoria
Edgar dos Santos Jenkins	Assistente Especial do assessor
Álvaro Pereira de Souza	Auxiliar Portaria

Reginaldo Dias Nascimento	Motorista
Manoel Ribeiro Trindade	Servente
Expedito B. Do Sacramento	Atendente
Ivone América T. dos Humildes	Oficial Administrativo
Maria de Lourdes Esteves	Oficial Amanuense (<i>secretária</i>)
Irene de Araújo Lima	Assistente Social
Alfredo José Duarte Filho*	Contínuo (<i>office-boy</i>)
Creuza Ribeiro de Araújo*	Amanuense (<i>escrevente ou copista</i>)
Edinair Silva de Oliveira	Amanuense (<i>escrevente ou copista</i>)
*Contratação para a AESI	<i>Entre parêntese em itálico contêm o termo atualizado das ocupações profissionais citadas</i>

A partir da tabela acima, é possível observar que não havia nenhum funcionário lotado na Assessoria que exercesse a função de espião. Desta forma, surge a questão, como se dava a coleta de informação? O recolhimento de dados realizado pela Assessoria se dava através da coleta dos informes ou até mesmo de informações prestadas pelos diretores e outros gestores da universidade encaminhados ao reitor ou direcionada ao chefe da AESI, movida por interesse particular ou a partir de solicitações encaminhadas pela AESI a outras agências. Informes caracterizavam dados ainda não confirmados, que moviam as investigações. Já as informações eram dados confirmados, que poderiam gerar penalidades ou absorção dos investigados.⁷

Além dos informes/informações coletos através dos dirigentes da comunidade, havia também os agentes infiltrados, vinculados a outras agências - a exemplo da Polícia Federal. Apesar de estarem à serviço de outros órgãos, os dados apreendidos por estes agentes eram repassados para a ASI, a partir de relatórios. Nestes documentos continham informações detalhadas e precisas sobre as articulações estudantis como reuniões; publicações; eventos culturais, estudantis ou acadêmicos que fossem autorizadas ou não. Nele continha muitas vezes o local, a hora e os nomes dos participantes. Outra forma de adquirir informação era por meio da *clipping* de reportagens de jornais comerciais, das publicações estudantis ou sobre os

estudantes. *Clipping* é o processo de selecionar notícias nos meios de comunicação, geralmente impressos, com o intuito de acumular o máximo de informações através de recortes sobre assuntos do interesse de quem os coleciona.⁸ Assim por meio dessas medidas, os serviços de repressão conseguiram ampliar seu alcance dentro dos espaços universitários.

Importante deixar claro que apesar das AESIs terem a função de auxiliar o reitor nas tomadas de decisões em casos de atos subversivos ou desviantes, eram os reitores ou os demais dirigentes (coordenadores, diretores, chefes de departamentos) que aplicavam as penalidades. Assim, quando o chefe da assessoria recebia orientações/informações repassavam ao reitor, para então proceder nos casos de subversão e/ou de desvios de conduta conforme os desígnios do institucionais. Seguindo esse sistema, as assessoras podiam interferiam no processo de contratação, demissão, matrícula, jubramento, distribuição de bolsas, auxílio residência ou alimentação, na organização de todos os eventos e divulgação de publicações estudantis, sem se torna visível para a comunidade acadêmica.

As ações dessas assessorias também poderiam interferir fora do âmbito universitário. Isso porque os órgãos de repressão trocavam informações. Como o caso do serviço de informação da empresa Salgema Indústria Química S.A e Coelba que solicitou a AESI informações sobre ex-estudantes da Escola Politécnica.⁹

Apesar de todo esse controle exercido pelos órgãos da ditadura, a década de 1970 não foi marcado apenas pela instalação e atuação do serviço de repressão dentro das instituições, mas também pela rearticulação do movimento estudantil, mesmo que inicialmente atuassem de forma sutil. No ano 1971 em pleno governo Medici, período de extensa perseguição aos líderes dos movimentos sociais, políticos e estudantis, foi criado por um grupo de estudantes o Centro Universitário Cultura e Arte (CUCA).¹⁰ Surgiu como uma forma alternativa, de expressar através da arte “questões que tangenciavam a realidade brasileira”.¹¹ Isso porque, “os espaços de sociabilização passaram a se configurar num importante instrumento de mobilização de estudantil.”¹² Outro mecanismo de mobilização habitual entre os estudantes eram as publicações estudantis. As publicações poderiam ser anônima ou pertencer a algum grupo estudantil dentro da universidade. Por meio desses informativos é possível obter várias informações sobre as pautas, mobilização estudantil, além de que esses espaços poderiam também conter denúncias das arbitrariedades do Estado.

A BUSCA PELO CONTROLE E O CRESCIMENTO DESCONTROLADO DAS MANIFESTAÇÕES

Em 1974 Ernesto Beckmann Geisel assume a presidência e inaugura a terceira fase da institucionalização da ditadura. Geisel tinha como propósito promover políticas estruturais que corroborasse, a longo prazo, na obtenção de apoio político e social. Nesse intuito, o quarto presidente militar deu os primeiros passos em prol da distensão política a partir da “liberdade” de imprensa e legislativa. O projeto de distensão desenvolvido por Geisel intencionava um afrouxamento das tensões sociopolítica, desmantelando de forma gradual as estruturas de coerção legal criadas pelo Estado, sem prejudicar a força do partido do governo, o Arena. Deste modo, a proposta de liberalização ocorria de modo controlado.¹³

Importante esclarecer que no projeto de distensão, a democracia só era aceita nos casos de enaltecimento das realizações produzidas pelo regime. As críticas e mobilizações reivindicatórias não eram bem-vistas, por esse motivo sofriam retaliação. Através dessa política Geisel investiu tanto na profilaxia do país agindo contra as organizações reivindicatórias, quanto buscavam limitar o espaço do partido MDB, para garantir a ascensão do partido do governo – o Arena –, e garantir maior aceitação do mesmo na sociedade.¹⁴

A lei Falcão nº 6.639/76, serviu como estratégias para que Geisel permanecesse no controle da sociedade. Ela mudava as normas na legislação eleitoral municipal, alterando o modo de apresentação dos candidatos, impedindo que fossem feitas críticas ao governo e dos candidatos apresentassem suas propostas.¹⁵ Utilizaram os sistemas de inteligências dos órgãos de repressão, para promover diversas perseguições. Os pronunciamentos presidenciais também foram utilizados para desmentir quaisquer denúncias sobre os atos cometidos pelo Estado, ou apresentar os feitos do governo.

Apesar dos discurso promoverem a abertura política, não houve em seu governo a extinção dos órgãos da repressão, nem tão pouco uma ação efetiva para o fim dos votos indiretos para presidente. O atos institucionais e complementares existentes, só foram extintos ao final de seu governo, em 1978. Mesmo persistindo as estruturas repressivas, a proposta liberalizante difundida pelo presidente militar, impulsionou a mobilização dos movimentos sociais e estudantis.

Mesmo que a organização estudantil na UFBA tenha iniciado ainda no governo Medici, foi apenas no Governo Geisel que os estudantes ampliaram suas discussões, e seu alcance, passando a divulgar seus informes nos jornais comerciais, que antes sofria forte censura da ditadura, além de ocupar as ruas, com passeatas.

A organização do Movimento Estudantil/UFBA

As entidades estudantis na UFBA foram reestruturadas após a greve contra a prova do Ciclo Básico em 1972 (provão). O provão era como se fosse um segundo vestibular que garantiria a permanência dos estudantes dentro da universidade. O movimento criticava os critérios de avaliação e a quantidade de vagas disponíveis nos cursos. Fato que ocasionavam um alto índice de alunos excedentes nos cursos. A greve tinha como intuito boicotar a avaliação e solucionar o problema dos estudantes excedentes. A mobilização estudantil promoveu a adesão de 100% dos estudantes o que garantiu o cancelamento da prova do Ciclo Básico e a organização dos estudantes em torno do Diretório Acadêmico (DA) e do Diretório Central dos Estudantes (DCE).

Com objetivo de manter um diálogo direto entre os estudantes, foram criados pelos DA e DCE vários jornais, boletins, panfletos e revistas. Entre os anos de 1972 e 1973 surgiram cerca de onze jornais (DA de Agronomia *O DALA*, DA de Filosofia *PSIU*, DA de Física *Momentum*, DA de Economia *Jornal ECO*, DA de Direito *A Palavra*, DA de Arquitetura *Jornal de Arquitetura* e o *Boletim*, DA de Psicologia *Reflexo*, DA de Farmácia e Bioquímica *Bis*, DCE/CUCA *Saúva*, DCE *BEBA*).¹⁶ Por meio dessas publicações é possível ter uma noção das pautas estudantis e como eles percebiam as ações repressivas produzidas pelos aparelhos do Estado. Contudo, para esse artigo só serão analisadas algumas publicações do Boletim dos Estudantes da Bahia (BEBA) organizado pelo Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal da Bahia. A escolha deste, se deve ao fato de ser uma publicação organizada pelo diretório central, na qual, apresentava problemas e questões de vários cursos.

Importante salientar que o processo de reestruturação do movimento ocorreu simultaneamente ao processo de criação e instalação da AESI/UFBA, fato que gerou junto ao serviço de informação um grande acervo sobre o movimento estudantil da década de 1970. As publicações estudantis foram encontradas como anexos dos ofícios confidenciais produzidos pelo serviço de repressão, em sua grande maioria pela Assessoria de Segurança e Informação instalados na universidade. Dentre os anexos foram encontradas cerca de dezenove (19) edições do BEBA, não sequenciadas. No processo de análise textual nos deparamos com alguns problemas como a falta de algumas edições, páginas ou o texto ilegível. Ao longo das publicações do BEBA observamos que apesar de haver críticas sobre presença de policiais ou dos atos repressivos, muitas vezes praticados pelos dirigentes das unidades, não há informações sobre a atuação da Assessoria de Segurança e Informação. Isso se dá ao modo como a Assessoria agia dentro da universidade, atuando por meio do sigilo da informação.

A edição de número zero do BEBA foi publicada em abril de 1973, durante o processo de início das atividades da AESI. O seu primeiro editorial informa que o boletim tem como objetivo “intensificar um processo constante de informação, a fim de que, a partir daí os colegas, já devidamente informados, tenham a base necessária para maior aprofundamento das questões”.¹⁷ Os estudantes compreendiam que suas publicações supriam “a falta de informação, consequência das restrições que [viam] sofrendo a imprensa brasileira, não só dos problemas mais ligados à universidade, como também as questões mais gerais do país.”¹⁸

Podemos observar que ao longo da primeira metade da década de 1970 os problemas apresentado pelos estudantes estavam inteiramente vinculados aos problemas internos à universidade. Contudo, tais problemas não estavam desvinculado da realidade fora dos muros universitários. A política repressiva atuou, mesmo que de forma diferente, em todos os setores sociais e institucionais. Não estamos aqui para classificar, medir, minimizar ou intensificar dor ou sofrimento, mas para compreender que durante esse período ninguém estava a salvo do olhar perverso do Estado ditatorial.

Fundamental lembrar que até 1974 o país se encontrava nas mãos do general Medici, e que durante esse período foi alto o índice de violação dos direitos humanos, havendo uma intensa perseguição as lideranças políticas, sociais e estudantis. O medo fazia parte do cotidiano de boa parte da sociedade. Dentro da universidade era constante o medo de estar sendo vigiado e principalmente de ser preso, pois a prisão significava, naquela época, risco de tortura e morte. Eram recorrentes e diversificadas as formas de violações aos direitos na comunidade acadêmica, e por isso não deixaram de ser observadas nas publicações estudantis.

A criação do Posto Policial na Faculdade de Enfermagem, foi um dos temas recorrentes em algumas publicações do BEBA. A crítica girava em torno da “preservação da integridade e autonomia da universidade”,¹⁹ devido as intervenções promovidas pelos policiais. Conforme a edição de número zero de 1973, as “atividades policiais ultrapassa[vam] as de fiscalizar somente jogos, costumes, furtos e roubos”.²⁰

A atuação dos polícias dentro da universidade não foi a única coisa que gerou tensão no espaço acadêmico. As continuas restrições impostas aos estudantes, como proibição de reunião, proibição da circulação do BEBA em algumas escolas, as intimações de estudantes, prisão arbitrária em solo universitário de um estudantes de geologia e de professor em sua residência, tendiam “tornar-se uma sistemática que fere a autonomia universitária e os nossos direitos assegurados pela declaração universal dos direitos do homem, assinada pelo Brasil em 1948”.

Assim, os estudantes se posicionavam “contrários a essas ‘interferências’ que criam um clima de tensão e medo”.²¹

Nos anos que seguiram o clima de tensão e medo não foram extintos. Contudo, a flexibilização gerada pela política de distensão motivou a retomada das mobilizações. A partir das publicações do BEBA, sem número de edição, de 1976 tomamos conhecimento da prisão de dois estudantes da UFBA. Presos em Governador Valadares, ambos estavam indo representar a Bahia no Encontro de Estudantes no Rio de Janeiro. Conforme o boletim “essas comissões surgiram da necessidade natural dos estudantes brasileiros de se organizarem para debater problemas e encaminhar soluções”.²² Desta forma, o Movimento Estudantil buscava superar a organização local, e passava vislumbrar a união dos estudantes do Brasil.

Após a prisão dos estudantes da UFBA, os seus colegas uniram-se em prol da libertação dos detidos. Por conta disso, a força repressiva buscou desorganizar a movimentação estudantil, proibindo as reuniões, divulgações de cartazes, passagem em salas de aulas, o DA de Economia foi fechado, quatro estudantes foram suspensos, e colocados nas unidades guardas para atuarem de forma ostensivas contra os alunos.²³ Porém, os atos repressivos tiveram um efeito reverso, incentivando a ampliação do movimento. O confronto com os dirigentes da universidade só parou depois que os alunos detidos foram liberados pela Polícia Federal.

Além do fato encontrado no BEBA, durante o período do governo Geisel ocorreram diversas outras manifestações estudantis, como a greve contra o jubileamento em 1975, greve dos estudantes de psicologia por melhores condições de ensino, manifestação contra a demissão do professor Paulo Miranda, ambos em 1977, e outras. Algumas com resolução favorável aos estudantes outras nem tanto. Sabem o que todas as mobilizações estudantis tiveram em comum? A presença de órgãos repressivos e punições coercitivas, que buscava restringir, quiçá extinguir o Movimento Estudantil.²⁴ Porém, apesar de fazer uso de mecanismos perversos de controle, o serviço de repressão não alcançou seu objetivo e em 1979 os estudantes conseguiram recriar a União Nacional dos Estudantes (UNE) e fortalecer os laços dos estudantes do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A repressão contra a população brasileira existiu desde o primeiro instante em que os militares tomaram o poder em 1964. Por meios dos atos institucionais, atos complementares, decretos e órgãos de repressão, os governos militares intimaram, prenderam, demitiram, aposentaram, jubilaram, tiraram os direitos políticos, o *habeas corpus*, torturaram e mataram.

As ações cometidas pelo Estado foram abomináveis e não importa se os números atingidos pela repressão sejam maiores ou menores se comparados as ditaduras de outros países. Isso porque, a defesa pelo direito humanos deve ser para todos, independente de raça, classe social, gênero, religião etc.

Apesar da certeza de que a opressão existiu desde o primeiro instante, não é possível negar que o AI-5 foi um marco na ampliação do aparelho repressivo. Os atos repressivos contra os estudantes nos confirmam que o projeto de distensão política, desenvolvido pelo presidente militar Geisel, não aceitava mobilizações que visasse produzir críticas, mesmo que de forma indireta, ao Estado. Contudo, a persistência das manifestações também nos faz refletir que mesmo com medo, os estudantes permaneceram se mobilizando contra as forças repressivas.

Nota de rodapé

¹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**.

Tese (Doutor em História Econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 2000.

² VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 8ª, 2008.

³ SILVEIRA, Anne Alves da. **Sorria, você está sendo espionado: a atuação do serviço de informação na Universidade Federal da Bahia (1972-1979)**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2019.

⁴ OLIVEIRA, Louise Anunciação Fonseca de; *et al.* Escola Politécnica da UFBA e a Assessoria de Segurança e Informação. **Anais do XV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB 2014**.

⁵ SILVEIRA, Anne Alves da. **Sorria, você está sendo espionado: a atuação do serviço de informação na Universidade Federal da Bahia (1972-1979)**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2019.

⁶ Servidores Lotados na AESI. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 05, RP. 1242, 1245.

⁷ Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 2, RP. 398

⁸ SILVEIRA, Anne Alves da. **Sorria, você está sendo espionado: a atuação do serviço de informação na Universidade Federal da Bahia (1972-1979)**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2019.

⁹ Of. nº 163/73/SI, Emerson Spinola Marques Ferreira, AESI, 24 de agosto de 1973, Memorial Arlindo Frago da Escola Politécnica/UFBA.

¹⁰ Pedido de informação nº 4518. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 05, RP. 1151.

¹¹ MÜLLER, Angélica. **A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979)**. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e do Centre d’Histoire Sociale du XXème Siècle de l’Université de Paris 1 – Panthéon Sorbonne. 2010, p. 71.

¹² MOTA, Mauricio Quadros. **A Une Volta à Cena: A reorganização do Movimento Estudantil baiano e processo de reconstrução da UNE (1969-1979)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2013, p. 25.

¹³ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Tradução Clóvis Marques. Editora Vozes, Petrópolis, 5 edição, 1989, p. 185.

¹⁴ RESENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil: Repressão e pretensão de legitimidade (1964-1984)**. [livro eletrônico] Londrina: Eduel, 2013.

¹⁵ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Tradução Clóvis Marques. Editora Vozes, Petrópolis, 5 edição, 1989.

¹⁶ SILVEIRA, Anne Alves da. **Sorria, você está sendo espionado: a atuação do serviço de informação na Universidade Federal da Bahia (1972-1979)**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2019.

-
- ¹⁷ Boletim dos estudantes da Bahia (BEBA), nº zero, 2 a 8/04/1973. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 04, RP. 983.
- ¹⁸ Boletim dos estudantes da Bahia (BEBA), nº 12, 30 /07 a 11/8/1973. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 10, RP.3841.
- ¹⁹ Boletim dos estudantes da Bahia (BEBA), nº 2, 23 a 30 /04/1973. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 04, RP. 987.
- ²⁰ Boletim dos estudantes da Bahia (BEBA), nº zero, 2 a 8/04/1973. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 04, RP. 983.
- ²¹ Boletim dos estudantes da Bahia (BEBA), nº 12, 30 /07 a 11/8/1973. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 10, RP.3841.2 (frente).
- ²² Boletim dos estudantes da Bahia (BEBA), nº -, 29/3/1976. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 10, RP.3777.
- ²³ Boletim dos estudantes da Bahia (BEBA), nº -, 29/3/1976. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 10, RP.3777.3.
- ²⁴ SILVEIRA, Anne Alves da. **Sorria, você está sendo espionado**: a atuação do serviço de informação na Universidade Federal da Bahia (1972-1979). Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2019.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Tradução Clóvis Marques. Editora Vozes, Petrópolis, 5 edição, 1989.
- MOTA, Mauricio Quadros. **A Une Volta à Cena**: A reorganização do Movimento Estudantil baiano e processo de reconstrução da UNE (1969-1979). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2013.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). Tese (Doutor em História Econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 2000.
- MÜLLER, Angélica. **A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979)**. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e do Centre d’Histoire Sociale du XXème Siècle de l’Université de Paris 1 – Panthéon Sorbonne. 2010.
- OLIVEIRA, Louise Anunciação Fonseca de; *et al.* Escola Politécnica da UFBA e a Assessoria de Segurança e Informação. **Anais do XV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB 2014**.
- RESENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil**: Repressão e pretensão de legitimidade (1964-1984). [livro eletrônico] Londrina: Eduel, 2013.
- SILVEIRA, Anne Alves da. **Sorria, você está sendo espionado**: a atuação do serviço de informação na Universidade Federal da Bahia (1972-1979). Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2019.
- VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura e cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 8ª, 2008.